

Os riscos da comunidade capturada versus a plataforma da "favelania"

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Professor do Instituto de Relações Internacionais. IRI/ PUC-Rio



Artista: Jorge Pinzón

Nesse artigo procuramos indicar o risco que atualmente representa para os direitos dos favelados uma "captura as noção de comunidade" como política de contenção e controle tendo como palco a cidade do Rio de Janeiro. Procuramos identificar os elementos que justificariam um projeto de investigação sobre os usos da noção de comunidade que se inscreve no debate sobre a favela/periferia. Resgatamos na sua elaboração um conjunto de outros trabalhos que descrevem uma problemática que confronta duas agendas para a cidade. Partimos da identificação das componentes da estratégia do constitucionalismo de controle na sua relação com a idéia de "pacificação"²² da comunidade, como hipótese de pesquisa que articula o controle social com a agenda de choque de ordem. Complementamos o trabalho com o

tema da agenda alternativa, a que denominamos estratégia da "favelania", para o que utilizamos ao longo do texto algumas elaborações anteriores. A reflexão crítica sobre o uso atual da noção de comunidade como elemento de uma estratégia de controle social foi elaborado após o novo conjunto de incidentes ligados ao confronto no Morro dos Macacos no Rio de Janeiro.²³ Buscamos, também, elaborar uma breve descrição (genealógica) dos processos de modernização na sua relação com a formação dos novos problemas e conflitos da periferia urbana brasileira.

Para examinar os processos urbanos e os jogos de guerra que fazem parte da nova economia da insegurança e do medo nas grandes cidades, particularmente no Brasil, no México e na Colômbia precisamos examinar os novos modos de dominação nos contextos urbanos metropolitanos. Retomamos aqui algumas análises elaboradas para pensar o contexto colombiano e que se aplicam ao atual processo objetivo que atravessa as grandes cidades brasileiras. Apesar dos esforços redistributivos do governo Lula no plano econômico e dos seus intentos de remediar e complementar as ações estaduais, através da Força

²² O equipamento e destacamento da Polícia Militar que ocupa as favelas ("comunidades") no Rio de Janeiro se chama Unidade de Pacificação.

²³ Para o tema dos conflitos e da análise da conjuntura cotidiana dos conflitos na cidade consideramos essencial o trabalho de SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2008.

Nacional de Segurança (que reproduz o modelo de ocupação e de realização de “jogos de guerra”) e do Programa Nacional de Segurança e Cidadania do Ministério da Justiça, essas intervenções ainda são articuladas sob condicionamentos estruturais que precisam ser ultrapassados enquanto opção de políticas para o convívio urbano.

1. A formação do novo regime de segurança capitalista global

A nova disciplina constitucional expressa a necessidade que o capitalismo global tem de reestruturar a combinação entre a lógica do capital e a lógica territorial, via uma institucionalização do comando das redes e fluxos financeirizados montando um padrão ou regime de controle territorial sobre os homens e os objetos.

O novo tipo ideal de regime disciplinar para a estabilização do poder em tempos de guerra civil permanente nos territórios se atualiza como novo imperialismo através de ações unilaterais de força militar pelos EUA, através de formas de ocupação pela ONU e através de regimes títeres. As passagens do modelo imperial colonialista direto para os padrões de alianças com blocos de forças dominantes locais se traduzem numa gama variada de estados policiais de controle e segurança, cuja fachada liberal-democrática serve de envoltório para um autoritarismo de fato, eis o feitiço, eis o “embrujo” que se revela como nova naturalização do social, destruindo as bases para a autodeterminação dos povos e para a realização dos direitos humanos na sua integralidade. O utilitarismo da lógica mercantil-capitalista vive da economia do medo e do novo sistema de captura midiático-clientelista de eleitores como forma de reproduzir o indivíduo sem encaixe, como uma guerra de todas e todas contra todos e todas.

O Estado de exceção permanente ganha formato constitucional e jurídico-político como Estado de Segurança. O processo de construção de um modelo ideal para essa lógica neo-imperial de controle sobre fontes energéticas, sobre movimentos de protesto e rebeldia social, na conjuntura pós-Guerra Fria, se ergue como institucionalidade na gestação do experimento do regime de segurança máxima como ocorre na política colombiana de Álvaro Uribe²⁴.

2. O constitucionalismo disciplinar²⁵

A lógica de recentralização estratégica da economia política pela via única neoliberal que, se articula nas instituições do Estado policial apoiado no novo príncipe eletrônico. O que permite a programação estratégica da agenda de segurança e terror de Estado, própria ao quadro da guerra global como guerra civil permanente que criminaliza na escala de massas. Através de suas múltiplas dimensões o Estado se reestrutura como regime carcerário ampliado com suas formas conexas aos padrões de terror, extermínio e tortura. A reforma judiciária e a desconstrução dos direitos se traduzem na extraterritorialidade jurídica no modelo de extradições. Consolidam-se os padrões de exclusão, segregação e ameaças, através dos dispositivos de ordenamento jurídico e da ditadura

²⁴ “Enquanto se desenrolavam as tragédias do Timor Leste e do Kosovo em 1999, a Turquia cedeu seu lugar de primeiro destinatário de armas americanas”. Pg 63 in CHOMSKY, Noam. **O império Americano. Hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

²⁵ Os trechos dessa análise histórica fazem parte de uma contribuição que realizamos para o Embrujo Autoritário de Álvaro Uribe importante conjunto de estudos sobre o contexto de violação de direitos humanos na Colômbia realizados pelo capítulo colombiano da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos Democracia e desenvolvimento.

mediática apoiado no poder gerencial operacional de uma economia de guerra, com seus padrões de institucionalização, com seus aparatos e corporações econômicas monopolistas, corruptas e criminosas.

A legalidade constitucional se manifesta nessa zona ampliada de suspensão de direitos para pessoas, coletividades e instituições, de modo a reforçar a fragmentação dos territórios e, a gerar um bloqueio para a unificação de plataformas e políticas capazes de contra-restar os desencaixes e destituições de direito fruto das conquistas da cidadania e da soberania popular.²⁶

A maior complexidade de sociedades semi-periféricas exige respostas para a lógica da expansão ilimitada do poder e da acumulação. O ponto de vista do capitalismo e a componente geopolítica da supremacia do poder imperial permitem ao estrategista do novo imperialismo, identificar países de grande significação na cadeia de recursos intelectuais, de mercadorias e de recursos naturais. A grande diversidade em termos culturais situados nas fronteiras sensíveis do ponto de vista de formações regionais e de mercados, nos diferentes continentes, coloca o poder de Washington face à necessidade de estabelecer regimes internos nacionais de colaboração ao lado de cabeças de ponte estratégica para as tensões sub-regionais.

3. Regionalização e alternativas

Chegou a hora de procurarmos as respostas de conjunto para o novo regime de segurança policial interna com o transbordamento regional da militarização das fronteiras. As questões em pauta devem ser tratadas de maneira imediata no plano regional, com a retomada de políticas de negociação dos conflitos internos com a insurgência e, a realização de programas e investimentos na escala e complexidade exigida para enfrentar os problemas derivados da economia das drogas. Desmascarar os processos de lavagem de dinheiro e corrupção que permite as alianças entre setores dominantes nacionais e as forças financeiras do capital internacional. Apontar para soluções de discriminalização, educação e saúde pública, num novo ambiente de inclusão econômico social via reforma agrária e redistribuição de renda como direito básico universal e recolocar a centralidade do trabalho na agenda estratégica. Essas e outras questões podem ser levantadas para a reconstrução de um sentido público e democrático para o desenvolvimento nacional e regional com base na construção efetiva de nossas nacionalidades. Mas é no âmbito urbano metropolitano que a disputa ideológica se torna mais urgente, por força da estratégia de dominação pelo medo, por força do individualismo e da segregação ativa gerada pela combinação de desencanto e sedução promovida pela corrosão do caráter e dos valores que unificavam a base da sociedade enquanto um patrimônio próprio das comunidades e da cultura popular.

²⁶ A mudança de qualidade no padrão autoritário, inaugurado pelo regime personalista cívico-militar de Álvaro Uribe Vélez, inaugura o presidencialismo da nova ordem geopolítica ampliada, que tem na Turquia, no Iraque e na Colômbia os seus principais laboratórios, face aos limites de experimentos como o de Fujimori no Peru, e o colapso dos antigos padrões como os que se exerceram na Indochina e no Irã. Assim como são apoiadas pelos EUA alianças preferenciais e associações que vão da Inglaterra a Israel, da Arábia Saudita ao Paquistão, o novo quadro geopolítico exige uma resposta para que se enfrente os diferentes mapas de conflitos que se superpõe nos vários continentes e regiões.

4. A comunidade e periferia na cidade

A noção de comunidade está no centro da agenda urbana brasileira, destacadamente como um significante que serve para articular um novo conjunto de intervenções estatais para reordenar as dinâmicas sócio-espaciais. No contexto do subcontinente emergem os temas da comunidade na sua relação com os modos de produção e reprodução social de populações tradicionais. A nova questão da diversidade nacional e étnica se expressa em políticas derivadas da reparação e da mobilização com base nas identidades reconstruídas ou mantidas. O reconhecimento de direitos nacionais e o multiculturalismo como construção de nexos com a apropriação e o desenho de relações entre as populações, para os usos dos territórios. A produção de direitos e o acesso aos fundos, esferas e políticas públicas. No contexto das novas territorialidades e conflitos sócio-ambientais as políticas de identidade promovem avanços institucionais nos processos constituintes da Bolívia, do Equador e da Venezuela. No caso brasileiro temos antagonismos, ambivalências e paradoxos no teor das políticas e das relações de poder real, nas políticas dos territórios de identidade e de territorializações de ações voltadas para a ampliação da cidadania. O reconhecimento e o acesso em contraste com um brutal judiciarização e criminalização de movimentos, convivendo no âmbito das estruturas estatais, dos seus poderes e de seus agentes, assim como nos três planos de governo (nacional, estadual e municipal).

Os dilemas e os antagonismos são ainda maiores no cenário urbano brasileiro onde existe um processo de captura da noção de comunidade para que as ações de polícia, para as políticas de urbanismo e pela grande imprensa. De forma a que se possa desenhar uma combinação de formas de ver e agir sobre as periferias. Lógicas e táticas de guerra, onde a ação policial de contenção e controle faz parte da nova agenda da ordem. Por isso cabe examinar criticamente os seus dispositivos, indicar os seus nexos com a estrutura e o sócio-metabolismo do capital com seus vários modos de articular valorização do capital no plano da reprodução social. A manutenção do poder de classe se realiza de forma especializada, flexível e como espetáculo através do espaço urbano, organizada pelos fluxos verticais dos dispositivos, ações e objetos que constituem o sistema de dominação da era tecnocientífica. Temos um vasto campo para a investigação social crítica sobre os modos e usos do território fabricado pelo novo constitucionalismo do capital, desde que seja realizado sob a ótica da teoria da emancipação social comprometida com uma perspectiva crítica voltada para a construção do que Henri Lefebvre denominou de direito á cidade.

Se a comunidade aparece na literatura científica como o recorte sociológico anterior ao processo de formação da sociedade de classes e das formas de propriedade privada, se a comunidade aparece como o nexo social e étnico que articula relações de proximidade, identidade, representação e modos compartilhados de agir. Essa noção também aparece como critério de identificação e recorte para estratégias de dominação, segregação, espoliação e exploração. Na relação entre as formas de desenvolvimento do modo de dominação escravista colonial na América Latina, nos desenvolvimentos dos padrões de diferenciação, mestiçagem e branqueamento nas sociedades nacionais, nos modos de reprodução de colonialidade, temos clivagens étnicas e segregação racial. Os seus modos de reprodução podem ser especificados nas diferentes formações sociais. Na contemporaneidade podemos encontrar, no caso brasileiro, um modo específico de denegação, uma ideologia de "democracia racial" que só foi quebrada com a emergência do capitalismo pós-moderno. Segregados e folclorizados no projeto desenvolvimentista autoritário os grupos sociais pertencentes às classes trabalhadoras, na sua diversidade sócio-cultural construíram seus espaços de autonomia, sua cultura de vizinhança, seus meios

de reprodução e circuitos sociais de produção e consumo nas cidades. O peso dos afro-brasileiros é decisivo em todos os terrenos de constituição da cultura nacional em todas as suas manifestações nos modos de vida nas cidades.

Ao longo do processo de formação de nossas cidades as áreas de ocupação irregular, o informal e popular, foram vistos e acionados como reserva útil ao capital e possibilidade de mobilidade e resistência para as classes populares. A luta de classes na cidade mais do que ciclos da vida produtiva e da economia formal é reprodução e economia de sobrevivência para as classes populares. No espaço da cidade se constroem os limites da convivência da contenção, do controle e da administração da proximidade e distância entre as classes sociais. Os aparelhos repressivos e os processos em matéria de política urbana visaram, historicamente, regular os efeitos e as manifestações das classes populares. De sua mobilização e ameaça, ao limitar os seus graus de afirmação e autonomia, que são aspectos da longa duração nas relações sociais de dominação, oscilando entre a incorporação e a exclusão, ou pela inclusão de segunda classe, na forma parcial da cidadania regulada populista e na modalidade autoritária e disciplinar dos períodos ditatoriais, com suas variantes oligárquicas, clientelistas e corporativas.

A modernização via o projeto nacional populista ampliou direitos e gerou demandas sociais tornando-se ameaça real e imaginária para as classes médias, as oligarquias e a burguesia. O padrão burocrático-autoritário e militar conduziu uma mudança na forma e no conteúdo das políticas na direção de uma modernização conservadora. A ditadura militar nos anos 60 e 70 criou as bases materiais e culturais da sociedade individualista e consumista, que ganharia forma acabada na relação com o condicionamento internacional a partir da ligação entre a transição democrática, na forma controlada e restrita, e o neoliberalismo.

A passagem da modernidade programada para a modernidade líquida, na semi-periferia do capitalismo global, acentuou a crise dos padrões de sociabilidade. O que no primeiro momento fortaleceu o poder das forças de repressão policial e militar e ampliou a distância entre as burocracias de Estado e as populações da cidade e do campo. No autoritarismo ditatorial-militar tivemos o colapso da cidadania regulada que passa a ser substituída pela sujeição imposta, que acelerou a urbanização forçada em escala colossal. A velocidade da modernização conservadora é medida pela intensidade de constituição de um novo processo de ampliação das cidades. O capitalismo selvagem se expressou na forma monopolista dependente e associada. A concentração do capital e da propriedade na cidade e no campo se deu gerando uma brutal desigualdade social. O processo de formação das megalópoles impunha deslocamentos urbanos na escala dos milhões, forçando diretamente uma constituição de modos de construção de estratégias de sobrevivência das massas urbanizadas. As classes populares, e os trabalhadores da cidade conseguiam construir suas "comunidades" através de ocupações. Na base da vida social se montou uma economia do tecido social e da vizinhança, precária e informal, que por conta própria gerava a circulação que constituía os processos do chamado circuito inferior. Processo dentro do qual se manejavam as conexões urbanas horizontalizadas, através dos fundos de trabalho das unidades domésticas (setor popular da economia). De modo a garantir as condições de reprodução social, com variações e contrastes de maior ou menor desigualdade nos modos de organização, em função de mediações estabelecidas com os momentos de crescimento econômico e os momentos de inflação e estagnação.

Nessa combinação entre trabalho precário e conexões com a economia formal dos circuitos superiores, o trabalho informal e a economia dos setores populares nos moldes dos circuitos inferiores de consumo e reprodução social,

acompanharam historicamente a formação do tecido urbano nos dois períodos do desenvolvimentismo, o populista e o autoritário.

5. Privatização do espaço

O capital privado e a lógica da valorização desde os anos setenta já impunha um salto que substituiu um conflito e segregação no espaço pela ameaça da proximidade. O discurso da segurança e do rigor penalista já se afirmava através do manejo das categorias como "marginais", através de ações de detenção em massa, de remoção de moradores de favelas e, até mesmo do uso das práticas de extermínio. Os agentes do Estado davam apoio aos setores do capital imobiliário especulativo através do uso de titulação forjada (grilagem) e do manejo das agências financeiras e de obras. Tudo complementado por ações seletivas em matéria de produção e acesso para a casa própria.

Mas a crise e o endividamento do modelo fordista periférico, a explosão de descontentamentos e de demandas sociais, as novas condições globais dos regimes de acumulação flexível, as agendas de transição e liberalização abriram um conflito, onde a característica central foi a de combinar o reconhecimento formal de direitos com uma intensa mudança cultural na direção da sociedade de consumo de massas com base no individualismo extremado. As duas agendas foram se formando nessa conjuntura.

Abriu-se a transição na nossa passagem da modernidade nacional para a global, da modernidade programada para a líquida. Dos modos de espoliação pela escassez e pela produção com regulação estatizada para os modos de reprodução intensificadores da obsolescência programada. O espetáculo midiático, da financeirização e dos padrões empresariais e privatistas de gestão se manifestaram ao lado do recuo dos modos públicos e sociais de mediar dinâmicas de sociabilidade. A crise da política e dos sistemas de proteção e bem-estar social se deu com seu impacto para o processo da precariedade social apoiada nos modos de dominação e nas formas históricas de cidadania mínima, regulada e democracia restrita entre nós.

A nova ditadura do consumo e os modos de desregulamentação encontram formas e focos de resistência contraditórios. O fim da ditadura aumentou o poder de barganha quanto ao fator de resistência da população nos lugares. Nas lutas por ocupações gerando novos assentamentos, ampliando a presença, a diversidade e as questões da problemática urbana. O novo mercado político e as novas elites passaram a ter interesse pela representação política como meio de acesso ao aparelho estatal, o que explica os efeitos e as agendas contraditórias nas negociações sobre a regulação urbana e as políticas para a cidade. Mas, por outro lado, as novas intensidades e formas de conexão com os padrões de reprodução e os estilos de vida na relação com o consumo, o dinheiro, as tecnologias, os serviços e as mídias, geraram uma intensificação de relações mercantis e uma radicalização de conflitos que se expressa em uma nova economia do medo e da insegurança que se alimenta das cadeias de circulação do varejo de armas e drogas.

No final do século XX temos a introdução do modo capitalista selvagem de espoliação através da nova *financeirização*, a montagem do estado policial para conter as classes populares, as formas de concentração da riqueza e as novas formas de consumo, com suas articulações culturais e seus efeitos perversos nos modos de relacionamento e constituição dos indivíduos. A reestruturação capitalista, desde o final dos anos setenta e no início dos anos 80, gerou fenômenos de mercantilização e privatização da vida e do espaço, ligados pelo processo de monetização do conjunto das atividades urbanas.

O espaço do consumo e da moeda promoveu a bancarização. A financeirização e o crediário foram se impondo como lógica do capital, reconvertendo a apropriação do espaço. Através dos novos usos dos territórios pelos modos de especulação imobiliária se modificou e acentuou-se um padrão de conflito na questão da posse e uso do solo. A nova questão urbana se ampliava desde o final dos anos 80 nas suas várias faces como centro da nova questão social. Na mesma medida em que esse processo se articulou com a agenda das reformas liberalizantes, da reestruturação produtiva e do desemprego sob o impulso de novas tecnologias, de organização, processo e produto.

No início do século XXI a telemática e a automação flexível junto com os novos valores e vetores da moda e do espetáculo ajudaram a ampliar o cenário de ruptura cultural e simbólica, sem o qual a violência cultural e simbólica e a velocidade dos fluxos não poderiam se impor em benefício de processos de aceleração de riscos e danos, ao ritmo dos traumas gerados pelas vertigens das drogas e das armas nas cidades, povoadas de imagens e fantasmas que acompanham o festival do mimetismo em relação a uma estética urbana ao estilo norte-americano. Os contra-processos culturais e as novas redes sociais com o uso de meios telemáticos e articulando movimentos de juventude são muito recentes, assim como ainda não se definiu o efeito geral da presença e afirmação das mulheres das classes populares nas novas formas de trabalho e mobilidade no espaço urbano em transformação.

A partir do ano 2000 os problemas do acesso, a pauta de consumo, a precariedade na realização de políticas públicas agora minimalizadas e ou focalizadas, geridas sob a forma de quase programas e projetos, ampliam a crise da sociabilidade, as soluções privadas se manifestam na economia informal, na dinâmica do varejo da droga, nos modos de apropriação e controle venda de serviços (transporte, eletricidade, segurança, água, energia, gás, etc.) ao lado do manejo com a mediação eleitoral clientelista, os comandos e grupos do varejo da droga, os esquadrões da morte e as milícias paramilitares. O mercado político e os ciclos macro-econômico não impediram uma transformação perversa, uma desestruturação das redes sociais de vizinhança e uma desarticulação dos circuitos inferiores, gerando novas desigualdades no seio das favelas e conjuntos das periferias.

6. Rio 2016 e a guerra de posições na cidade: conflito, dispositivos e agendas para o espaço periférico na metrópole brasileira.

A estratégia de controle da cidade por dispositivos policiais de ocupação combinada com os modos de intervenção via projetos de urbanização se soma com um conjunto de projetos e programas que são recortados via uma captura e identificação pelo signifiante comunidade. As resistências, demandas e protagonismos das redes e associações das áreas periféricas, segregadas, apartadas e ou nascidas de processos variados de ocupação e com distintos processos de constituição e criação de identidades. O que acaba interagindo com agenciamentos repressivos e de produção de imagens através de capturas de noções para a legitimação dos sistemas de ação e fluxos derivados de decisão das forças do poder dominante que combinam: 1.a espetacularização orientada pelo discurso da ordem com; 2.as formas de quase-políticas de integração social geradas pelos ciclos políticos de atendimento de demandas coletivas por parte de programas e projetos focalizados dos governos. Temos uma relação com os calendários do mercado político com um efeito de quase-políticas pela profusão de medidas, regulamentos e portarias que operam como dispositivos que

orientam as operações dos aparatos de controle, segregação e apartação sócio-espaciais que se exercem sobre a face popular da cidade.

Os aspectos de valorização e interesse de diferentes complexos industriais e de serviços, bem como grandes interesses em infra-estrutura, energia e transporte, se utilizam de variados mecanismos e agendas macro-econômicas e dos circuitos internacionais. Para intervir na cidade, o capital age por meio de consórcios e alianças que geram ações estratégicas que operam por meio de objetos técnicos e processos simbólicos, que configuram o valor dos fragmentos dos territórios usados. Os lugares são apropriados e capturados pelas ações de controle condicionadas pelos ritmos e fluxos verticais comandados pelo capital e seus associados. As ações de curto prazo, eventos e programas de médio prazo se ligam com estruturas que cristalizam a dimensão do ciclo, como situação de transição no modo de desenvolvimento urbano em contexto caótico próprio aos processos recentes de privatização. A mercadorização dos espaços se dá via instrumentalização através dos novos processos de consumo que tornam a cidade o espaço dos fluxos de valorização, produzindo efeitos de desarticulação e captura dos potenciais moleculares gerados pelo trabalho vivo e difuso da população. O controle social se manifesta pela imposição de padrões de naturalização de regimes de medo.

O discurso da segurança se materializa como discurso dominante na era do capitalismo global de risco, em conflito aberto com os ritmos e processos próprios aos circuitos econômicos populares e aos modos de vida e ritmos dos "homens lentos" de que nos fala o mestre Milton Santos. Homens e mulheres cujas trajetórias de vida e movimentos cotidianos promovem uma contra-noção, uma contrafinalidade que desde a expressão cultural e lingüística define os contornos existenciais, éticos e estéticos do significante comunidade, no seu contexto de formação cultural gerado pelos usos numa linguagem de reprodução e resistência da vida social nas dimensões de horizontalidade. Os novos programas e agenciamentos de subsistemas de controle e os seus dispositivos de segurança acabam por definir um eixo geopolítico, geocultural e geoeconômico de captura da noção de comunidade, pervertendo o seu sentido em nome da "pacificação". Exercendo seu poder de normalização pela via da intervenção repressiva e das políticas instrumentais, que amalgamam diversos interesses inclusive demandas legítimas. O que fica patente através da constituição de lugares e intervenções modelos, construindo um modelo ideal ou vitrine e, de um conjunto de sub-modelos e estilos operacionais, que devem ganhar consistência para capturar, classificar, ocupar, segregar e controlar as "comunidades". Esse debate e suas ambivalências envolvem a análise das várias ações e investimentos que articulam os governos federal, estadual e municipal no chamado PAC enquanto marca geral das políticas do governo Lula para o crescimento (plano de aceleração do crescimento das favelas). No momento em que levantamos esses questionamentos a falta de consulta e participação real dos moradores aparece sempre como o questionamento básico das obras de urbanização propostas, os seus riscos e impactos bem como a sua relação com o conjunto de ações de ocupação policial criam um quadro de alta complexidade, no qual são manejadas as mais variadas imagens, muitas das quais remetem aos modelos aplicados Bogotá e Medellín.

Na hora da construção de um imaginário globalista e de estratégias e investimentos de inovação do paradigma de gestão das metrópoles da semi-periferia, o Rio de Janeiro se projetou como espaço destacado nas redes de cidades brasileiras e latino-americanas. No contexto de concorrência e disputa para a captura de investimentos dentro dos serviços, processos e produtos que envolvem a construção da cidade global, pela via da agenda da cidade sede dos jogos olímpicos, o tema do recorte local, o tema da periferia ou da favela ganha destaque. Na agenda urbana ganha destaque a centralidade dos lugares que

apresentam demandas e, ou, são vistos como espaços de desordem, de carência. O debate sobre as políticas urbanas ganha o centro da agenda política no cruzamento entre os discursos sobre a segurança e o tema da sociedade global, com riscos para o futuro real das comunidades se repetirmos os processos de segregação e militarização de outros momentos que a cidade viveu (Cúpula Global da Eco-92 e Jogos Panamericanos). Na hora do mais vertical e global dos espaços de captura imaginária para a comunidade das nações, a preparação da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos escrevem uma disputa sobre a relação com as “comunidades de favela”/periferia, porque entram com destaque na formulação das políticas e obras de sua preparação, Rio 2014 e Rio-2016.

O Rio de Janeiro como laboratório do novo constitucionalismo global do capital seguindo o padrão colombiano de política de cidade e regime de controle e segurança é uma hipótese de investigação das mais profícuas, que vem sendo trabalhada pelo do LASTRO/IPPUR-UFRJ. Hipótese que pode amalgamar no terreno das relações e movimentos de blocos de força na cidade, as inscrições teóricas e analíticas presentes na leitura dada pela imagem da “fobópole” e da noção de “sociabilidade violenta”, que procuram atualizar e avançar na crítica sociológica sobre os processos de violência. Tentando avançar em relação ao tratamento dado pelo recorte de apartação sócio-espacial, dado pela metáfora da “cidade partida”.

O Rio de Janeiro tem sido objeto de estratégias de inovação institucional e de manutenção e reprodução ampliada do poder do capital que derivam do choque de quase-projetos. Como o do bairro popular e da cidade centro da nacionalidade, como o da cidade integrada nas redes financeiras, imagéticas e de serviços globais. Rio-Babilônia tentou virar Rio-Barcelona, e acaba se pensando como Rio-Bogotá, a dos cartéis a dos paramilitares e a do poder do novo regime de segurança ligado ao contexto geopolítico de uma nova guerra fria contra o sul, que redefine as funções políticas e econômicas dos Estados e dos territórios. Bogotá da nova divisão internacional do trabalho dentro de um curto-circuito crítico no ciclo sistêmico do comando norte-americano na dinâmica do sistema mundo globalizado.

A mudança nas formas e objetos derivada de um novo modo de desenvolvimento dos subsistemas urbanístico, de segurança, de comunicação, financeiros, via novas tecnologias de organização, processo e comunicação, redefine as relações de distribuição, reprodução e consumo nos diferentes lugares. Novos dispositivos de poder, através de mecanismos em rede atuando via dispositivos de especulação e jogos de ocupação fragmentam e ocupam as periferias, jogando com as formas de desterritorialização e constituindo novos objetos, novos referências e cristalizações com regras de normalização e ou conexão produtoras de “simulacros” de relações colaborativas que induzem e ampliam os processos de acumulação ilimitada nas metrópoles arquipélagos.

Nesse cenário o dispositivo e a cartografia do poder geram um conjunto de ações de guerra e contenção contra as classes populares, ao mesmo tempo em que são geradas respostas para as resistências moleculares dos grupos sociais das periferias urbanas. Os paradoxos das agendas de intervenções tópicas de melhorias urbanas parciais, criação de programas redistributivos de renda e apoios pontuais a projetos de reconhecimento de iniciativas e potencialidades culturais nos locais, faz com que se exacerbe a contradição das políticas de governo. O contraste da agenda dos direitos em oposição com a agenda da ordem e da segurança via ação de guerra e de ocupação de pedaços da cidade identificados como áreas de risco.

No manejo ideológico da dupla face da gestão do poder urbano vemos a linha da ação de mobilização do território pelo capital, como espaço de valorização que integra o imobiliário com as formas empreendedorismo e “city

marketing” globalitário, de um lado, e a face de estratégia e regime de segurança e contenção com práticas de criminalização e violência social direta, por outro. A dupla face da dominação que se retroalimenta com as dinâmicas sócio-criminais, da acumulação primitiva permanente e da corruptibilidade do Estado, administrando o medo e a economia da insegurança como uma das formas mais visíveis da era do neoliberalismo com desregulação e seu desencaixe ativo dos indivíduos em relação às práticas sócias da vida em comum.

A violência da fluidez e da flexibilidade para acelerar os ritmos da reprodução, os tempos de inovação e os dispositivos de aceleração da acumulação com sua crescente volatilidade, dão a face oficial do capitalismo e da sua visão de gestão estratégica de risco, a contradição e o conflito social são lidos na chave do discurso do controle e da segurança. O que se traduz numa nova escrita ou cartografia do poder que se inicia com um novo modelo de segurança e controle da ocupação policial de certas zonas da cidade. As apropriações do significante comunidade ganha corpo nessa operação que visa gerar espaços de pedagogia e ordem para o mundo dos pobres, a partir das ambigüidades presentes no enunciado da idéia de comunidade em uma sociedade de marcada violência e segregação material e simbólica das classes populares.

Na hora de definição de um horizonte imaterial de longo prazo uma recuperação perversa do significante pode bloquear a luta pela autonomia das classes populares e da afirmação de uma estratégia de direito à cidade por força de certa estratégia de “pacificação”. A agenda do direito à cidade é obstruída pela constituição de zonas e regimes de controle especial com toda a nova panóplia de problemas, preconceitos e violências. Os avanços da cidadania são bloqueados pelos efeitos reais derivados de múltiplas intervenções de governos e do capital privado para a redefinição de funções e a implementação de ações e projetos de grande escala nas favelas. Tais projetos e programas são grosso modo legitimados pela construção de infra-estruturas e pela diversidade de sistemas de negociação com demandas reais, que atravessam e complexificam o cenário das chamadas periferias.

Sugerir os referenciais para uma estratégia de autonomia e organização das redes sociais apoiada em plataformas de resistência, orientadas para a construção do direito à cidade, pode ser a base para uma investigação sobre as possibilidades de construção de um novo bloco social e técnico que pode travar a disputa e qualificação de uma visão ampliada, social e pública para todo o espaço urbano. Para que o Rio de Janeiro como espaço urbano metropolitano possa ser pensado na sua potencialidade de soma de comunidades, como Comunidade política sustentada em formas de controle popular. Sustentada numa democracia ampliada por formas e espaços públicos de participação direta. Desenvolver o estudo do conflito entre a agenda da ordem e a agenda dos direitos, entre a mobilização e cooperação com base na autonomia popular e nas redes sociais horizontais frente a agenda da captura e inversão da noção de comunidade pelos dispositivos de segurança e controle.

A política de segurança por ocupação, contenção e captura se alimenta da gestão do medo, na sua face jurídico-política e pelo seu padrão operacional via aparelho policial destacamos uma prioridade para a pesquisa por parte dos estudiosos dos processos de produção social do espaço e os analistas das políticas e conflitos urbanos, incluindo os estudiosos dos regimes de controle de regiões e cidades no campo das relações internacionais.

7. Rio de Janeiro como laboratório internacional

O Rio de Janeiro mais do que palco dessas questões no âmbito nacional entrou no ciclo dos laboratórios internacionais das estratégias de controle e gestão dos territórios. A cidade é o mais provável canteiro de obras dos dispositivos próprios ao modo contemporâneo de produção das redes internacionais de mercadorias. O Rio de Janeiro deverá funcionar nos próximos 6 anos como território produtivo das práticas de controle e captura das dinâmicas e conflitos sociais, através de sistemas de ação e sistemas de objetos conduzidos por um capitalismo que precisa atualizar sua gestão do desenvolvimento desigual através da construção de inúmeras fronteiras nas cidades e entre os países. A cidade globalizada é lugar da produção de espaços e limites que funcionam como interfaces de realização e reprodução dos mais variados sistemas de dominação e hegemonia que são próprios ao processo de convergência e divisão de trabalho entre os diversos capitais. Os conflitos que se abrem podem ser uma oportunidade de avanços? A agenda de captura já implica numa derrota? Todos os programas e políticas devem ser tomados e rejeitados em bloco? Como caracterizar a conjuntura da cidade e os resultados do modo de implementação das políticas? Quais as ações e projetos para a cidade e quais suas implicações para os processos nas “comunidades”?

8. A construção de uma abordagem inovadora

Na contramão de estratégias que trabalham a contenção e a criminalização das classes populares, qualquer política social e mesmo de segurança pública de caráter democrático deve afirmar o poder de transformação presente nas chamadas “comunidades faveladas”. A política de apartação social e cultural do capital e a opinião pública oficial presente na mídia procuram hipocritamente, obscurecer as conexões existentes entre a cidade formal e a informal, como ocorre no tratamento dominante dado ao tema da economia narcotraficante com seus efeitos de violência e genocídio social. Assim, ultrapassar a metáfora da guerra na cidade significa buscar, no estudo do território, as novas forças sociais e políticas que se encontram aí presentes em estado latente. Cabe observar as dinâmicas da estrutura e da conjuntura social e política que geram forças sociais capazes de formular uma nova plataforma de reforma e gestão social para o espaço urbano. As ações locais de desenvolvimento sustentável contra as desigualdades dependem do protagonismo político e associativo das classes populares e trabalhadoras. No conflito entre as tendências fragmentadoras e excludentes e as resistências e experiências coletivas, nos projetos inovadores para a urbanização das áreas irregulares e precárias, nas novas redes sociais e comunicacionais de cooperação horizontal entre movimentos sociais, ONGs e produtores, vai emergindo um campo de disputa sobre o território construído. Novos sujeitos sociais constroem redes e esferas sociais e públicas de autonomia sobre as quais deve se apoiar a transformação dos modos de produção e reprodução das cidades. Em certas condições de acumulação de organização autônoma dos moradores, de presença de redes e atividades sócio-produtivas e de investimento público, podemos identificar situações favoráveis para uma convergência nas agendas dos atores interessados na retomada e radicalização da questão da reforma urbana.

A gestão social pública inovadora quando articulada com as redes de cooperação horizontal entre as populações presentes no território podem fortalecer o potencial de transformação endógena presente no espaço local, convertendo a favela num espaço ativo de interação e transformação produtiva e

reprodutiva na vida da cidade. A unificação das ações, a valorização do capital social local, a identificação das interações e redes de comunicação, intercâmbio e informação entre as favelas e o conjunto da cidade, exigem uma nova forma de abordagem das políticas públicas territorializadas.

9. Limites da classificação e crise da solução

A crise do modo de reprodução social na metrópole periférica abre espaço para uma conceituação da problemática da favela, enquanto expressão de um conjunto de respostas coletivas para a ocupação do espaço urbano pelas classes populares. Nas décadas da urbanização acelerada, pela **modernização** e o **desenvolvimentismo**, a favela emerge como resultado da ampliação da escala da presença das classes populares egressas do campo ou ainda, como espaço da subalternidade social no interior da cidade periférica da América Latina. No final do século XX e no início do século XXI uma nova equação conflitual se coloca para o problema urbano, por força dos limites das soluções autoritárias e na crise da forma da regulação pública via planejamento e reforma urbana. O contexto de crise do fordismo periférico e, da cidadania de segunda classe que caracteriza esse regime de acumulação, já não serve mais como amortecedor para a explosividade gerada pelas desigualdades urbanas. O fenômeno da marginalização social expressa os limites do capitalismo desigual para incorporar as classes populares, até mesmo como um exército de reserva, explodiu diante da crise fiscal do Estado. Desde a década de 90 se acentuaram os programas neoliberais e a opção pelas formas de privatização e desregulamentação das estratégias públicas, o que afeta a capacidade de organização e universalização de políticas programadas de urbanização.

Mas a cidade social-popular que pulsa no espaço informal e inorgânico é parte quase majoritária da cidade real como modo de apropriação e estilos de reprodução social no espaço urbano metropolitano. A favela que no passado se constituiu como resposta, conflito e adaptação aos ciclos de acumulação do capital e do contra-mercado imobiliário na ocupação das terras. O seu caráter paradoxal residiu na força do impulso e atratividade da ocupação do território pelo mercado e pelo Estado na cidade moderna. A favela que se ligava como espaço de fuga para os expulsos do contexto agrário e para os desmobilizados pelas estruturas urbanas do mercado de trabalho, territorializando a oferta da bacia de trabalho formal e informal de baixa qualificação. Numa visão de longa duração esse processo continua atravessando a vida urbana de cidades como o Rio de Janeiro até hoje.

Numa certa medida a favela tornou-se orgânica e necessária para o capitalismo periférico ao mesmo tempo em que é espaço de resistência e adaptação para as classes trabalhadoras proletarizadas. Como lugar de conflito e tensão e como espaço de contenção a favela torna-se signo de ameaças. As novas doutrinas da segurança pública se sustentam na luta contra as "classes perigosas" localizadas nas favelas e periferias pobres das cidades, fundamentando ideologicamente as ações de coerção e criminalização policial de vastos conjuntos de moradores urbanos.

A favela é transformada laboratório de biopolíticas de contenção social que reproduz as exclusões, que tentam circunscrever seu potencial de pressão e barganha no conjunto da cidade capitalista periférica. No momento de crise a reestruturação urbana, através de formas de gestão empresarial e oligárquica do aparelho de Estado, a favela aparece como um custo e externalidade negativa para os discursos neoliberais, mas efeitos inerciais das reflexões sobre a urbanização das favelas e áreas de ocupação irregular acabaram gerando ações

pontuais e programas de urbanização cujos resultados apontam para necessidade de uma maior integração das redes sociais urbanas e das políticas de governo.

O espaço de ocupação irregular se constrói como objeto de disputa pelo capital simbólico na vida política e nos pensamentos especializados opondo as estratégias de privatização, remoção e contenção ao conjunto de abordagens que recuperam os problemas da reforma urbana e o resgate de direitos coletivos. Mas a estratégia dominante se sintetiza nas interpretações baseadas no binômio mercado e ordem que orientam as estratégias de poder do capital nesse início de século, aproximando as pautas das sociedades capitalistas dominantes daquela das sociedades periféricas e semi-periféricas. A chamada desordem urbana imprime uma continuada imagem de problema para a fratura sócio-espacial expressa pela cidade informal, ilegal e popular, que de maneira simplista classificamos nas suas múltiplas variedades sob o prisma da metáfora brasileira da "favela".

As favelas são espaços diferenciados de construção social-histórica e de ocupação e reprodução social de condições de moradia e existência urbana precária e contínua ao longo de um fragmento do território, cuja diversidade e elos com o todo da cidade questiona as interpretações dualistas e as simplificações. Na sua forma estética, urbanística, engenharia e arquitetura a cidade se apresenta com formas concentradas de fratura espacial e social que resultam nas diversas formas ou processos de favelização. Na favela enquanto a parte em "branco" do mapa da ocupação fundiária irregular, enquanto interpenetração física, estética, cultural, produtiva e de mercados, temos redes e conexões entre os fixos e fluxos, entre o formal e o informal, que modificam a interpretação simplificada sobre o espaço e o desenho urbano. Os graus de informalidade e fragmentação da desigualdade se estendem e penetram o conjunto do tecido urbano. Os espaços mais homogêneos de desigualdade espacial se ampliam e, torna-se força de ampliação com a absorção de redes e fluxos da cidade como um todo.

A favela se conecta desde o dentro e para fora permeada pelas dinâmicas de produção e reprodução do capital e, da mais-valia social. O espaço híbrido de interfaces da favela está conectado nas redes urbanas, na esfera midiática ela é uma "periferia parabólica", mesmo no espaço cibernético está atravessada pelos mesmos significantes estruturais dos modelos hegemônicos de produção e consumo ditados pela economia da comunicação e da informação, mas seus carecimentos essenciais são de outro tipo na forma de construção de infra-estruturas e oferta de serviços públicos²⁷. Nas regiões metropolitanas a conexão direta com o espaço de ocupação irregular se amplia a cidade se precariza, com seus centros e periferias próprias, com cidades dentro de cidades, com bairros dentro de cidades, com favelas dentro de favelas. O processo urbano se amplia na direção das margens e fronteiras que transbordam pela força combinada: das estratégias de desregulamentação dos direitos sociais e da crise do planejamento urbano.

Os mecanismos de agenciamento político e o mercado eleitoral, as redes sócio-criminais e a economia narcotraficante, o trabalho informal e a bacia de força de trabalho autônoma, precária e difusa, o trabalho juvenil, a força de trabalho feminina nos serviços, o emprego doméstico, a linguagem urbana

²⁷ "**Habitamos** todos os meios com os quais interagimos. Habitamos (ou habitaremos), portanto, o ciberespaço da mesma forma que a cidade geográfica e como parte de nosso ambiente global de vida. A organização do ciberespaço procede de uma forma particular de urbanismo ou de arquitetura, não física, cuja importância só irá crescer. Contudo a arquitetura suprema procede do político: ela diz respeito à articulação e ao papel respectivo dos diferentes espaços. Colocar a inteligência coletiva no posto de comando é escolher de novo a democracia, reatualizá-la por meio da exploração das potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação". Lévy, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

popular, as culturas afro-brasileiras e as regionais, imprimem dinâmicas sem as quais o capitalismo periférico não funciona e se extingue. O biopoder de controle social da sociedade desigual é impotente diante dos fenômenos de marginalização, crescentemente disfuncionais para o sistema que alimenta a sociedade dos 1/3 de setores médios e ricos integrados socialmente. As soluções adotadas na direção de ampliação dos muros e sistemas de apartação social e étnico-racial não impedem a interpenetração e porosidade derivada do uso da força produtiva social da cidade popular/favelada. A solução de intervenções tópicas e localizadas ou das ações de controle policial apoiadas por estratégias sociais minimalistas não dá conta da questão de conjunto.

10. A emergência de um novo sentido para a ação

Somente um olhar que veja o potencial emancipador e produtivo da cidade popular na ultrapassagem do quadro das limitações para a reforma urbana pode conceituar a questão da fratura e da desigualdade sócio-espacial urbana. As favelas e fenômenos urbanos postos sob a classificação de ocupação irregular, funcionando como potência de reserva para uma virada no modo de produção e reprodução da cidade. A partir da sua complexidade e potencialidade na periferia se manifestam os sujeitos de um projeto urbano indispensável para a democratização substantiva das sociedades, condição necessária para a construção de cidades justas e sustentáveis. Embora nem todos os lugares “favelados” tenham potencialidade endógena ou articulação política para gerar forças e sujeitos potencialmente capazes de localizar impulsos de transformação da cidade. Embora nenhuma estratégia de reforma urbana possa prescindir de uma profunda mudança na alocação dos fundos públicos. As forças e sujeitos sociais imanentes do novo projeto urbano já se encontram ligados em dinâmicas de redes materiais e imateriais que podem sustentar o processo de transformação urbana. Refletir sobre o potencial e as tendências que nascem da “nova favela” como espaço complexo e polimórfico de redes e fluxos, que podem sustentar sujeitos sócio-produtivos da nova cidade democrática. Pensar os impulsos das forças e práticas agrupadas em torno de novas agendas estratégicas e das diversas “favelanias”(favela e cidadania) emergentes, é um dos objetivos centrais para a nova abordagem integrada da plataforma e das políticas de integração e renovação urbana.

A crise e a reestruturação capitalista exigem novas forças sociais produtivas cuja dinâmica continua dependendo da gestão e apropriação do potencial do trabalho humano vivo, quer sob a forma do trabalho imaterial e da inteligência coletiva em rede telemática da sociedade do conhecimento, quer pela apropriação das formas de trabalho informal e precário no interior de relações territorializadas de contato físico direto. Na favela encontramos elos entre as duas dinâmicas da desmaterialização e da materialização, da territorialização e da desterritorialização encontram no espaço urbano metropolitano seu melhor espaço de articulação para a integração democrática. As redes urbanas com seus fluxos verticais e horizontais de poder e geração de riqueza acabam atravessando o conjunto da cidade comprimindo os espaços por força dos seus ritmos ditados pelo tempo do fluxo do capital. Os modos de fragmentação, divisão e desigualdade agravada pelos novos ritmos da acumulação encontram respostas nos conflitos e dinâmicas sociais locais, regionais, nacionais e internacionais.

A crise urbana metropolitana deriva tanto da pressão das lutas pela democratização e socialização da riqueza e do poder, por um lado, quanto das pressões do capitalismo desregulado para produzir a flexibilidade espúria, por outro lado. O trabalho humano é drenado para a produção de uma vasta mais-valia social territorializada, articulada pelas redes financeiras. O conjunto da

cidade e suas áreas precárias e informais está recoberto pelas formas do novo consumo, pelas dinâmicas da sociedade da informação e do espetáculo. A reprodução social, com base na apropriação da subjetividade e do conhecimento, dita os rumos atuais da acumulação capitalista flexível. A cidade precarizada nos países da periferia semi-industrializada acaba sendo o palco de uma forma perversa de dinâmicas sócio-espaciais. O espaço urbano é determinado pela subordinação dos Estados Nacionais e governos sub-nacionais aos condicionamentos da fluidez e da flexibilidade, subordinado ao serviço da dívida e ao capital financeirizado transnacional.

11. Ruptura e transição

A dupla face da comunidade que aparece na lacuna de horizontalidade e unidade real dos moradores das favelas, que aparece na estratégia de recorte pela captura de um espaço funcional ao projeto de controle pelas forças do poder, indica a necessidade de ruptura com a agenda da ordem e de afirmação de uma plataforma de transição na direção de uma mobilização democrática e produtiva dos territórios ditos favelas. A potência da periferia é energia constituinte de novas relações de poder se conseguir inscrever-se na categoria de direito à cidade, o que supõe a montagem de dispositivos e ações de transição a partir de políticas públicas que levem em conta a dimensão do controle popular e democrático. O novo associativismo e o novo cooperativismo devem ser os dispositivos que alimentam a transição a partir da ampliação do potencial mobilizador da organização de base nas favelas. A questão é a de tornar a periferia o centro de uma nova dinâmica que supere os limites da comunidade de identidade, da naturalização do lugar fixo, para uma afirmação de mobilidade e acesso que oriente as políticas de construção e fortalecimento de potencialidades que só podem ser desenvolvidas dentro de um novo olhar sobre a economia e a ecologia social e política da cidade. As novas intervenções e a agenda urbana dos grandes programas devem ser transformadas na perspectiva da transição para políticas que fortaleçam novos usos do território, como espaço de construção de novas relações sociais geradoras de uma outra urbanidade.

Bibliografia de referência

- AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca da segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- De GIORGI, Alesandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

- HARVEY, David. **Spaces of hope**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LINERA, Álvaro García. **Forma valor y forma comunidad**. La Paz: CLACSO e Muela Del Diablo Editores, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- THERBORN, Göran. **What does the ruling class do when it rules?** London: Verso, 2008.